

O TENENTISMO

O Forte e o Encouraçado

CARLOS PEREIRA CASCARDO
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)

À 1h20, precisamente, formidável detonação abalou o Palácio do Catete. Era uma granada do Forte de Copacabana, anunciando o início da revolução. Epitácio esperava o sinal, tirou o relógio do bolso, verificou a hora e comentou: "Estão atrasados 20 minutos".¹

A revolução tinha data e hora para começar: 1 hora da madrugada do dia 5 de julho de 1922.

"...Prevenido pelo Chefe de Polícia Geminiano de Franca, que acompanhava os preparativos dos revoltosos, o Presidente esperou-a na sala de bilhar do Catete, onde a família costumava reunir-se depois das refeições. No andar térreo começou a afluência de pessoas atraídas pelos boatos insistentes e que se apressavam em vir trazer a sua solidariedade ao Chefe da Nação."²

O Forte iniciara o bombardeio; o primeiro disparo atingindo a Ilha de Cotunduba anun-

ciou a chegada da revolta. O segundo também contra o mesmo alvo. O terceiro foi feito contra as rochas do Forte do Vigia, atual Forte do Leme, e o quarto assestado contra o 3^o Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha. Os dois primeiros disparos tinham a finalidade de avisar a população.

Revoltaram-se, também, a 9^a Companhia do 1^o Regimento de Infantaria, sediada na Vila Militar, e a Escola Militar de Realengo.

O levante não tinha um plano formalmente estabelecido, nem uma ordem de operações clássica. O Marechal Hermes da Fonseca contava personificar o intenso descontentamento reinante, que, somado ao seu inegável prestígio pessoal, possibilitaria, desta forma, assumir o comando da Vila Militar, marchar contra o Palácio do Catete e depor o Presidente.

Este descontentamento era a consequência das recentes decisões de Epitácio Pessoa:

prender o Marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente da República, militar mais antigo e presidente do Clube Militar; a outra era o fechamento do Clube Militar, baseado em lei promulgada para reprimir as associações anarquistas e o lenocínio. Pouco afastadas, mas ainda próximas, jaziam as graves repercussões da campanha eleitoral presidencial do candidato vitorioso, Artur Bernardes, que dividira a Nação, a classe política e criara intenso antagonismo com as Forças Armadas. O episódio das cartas atribuídas a Bernardes e consideradas altamente insultuosas ao Exército resultara que de soldado a general, não concordasse com a sua posse.

Na Vila Militar, na madrugada do dia 5, o cassino dos oficiais do 1º Regimento de Infantaria apresentava movimentação anormal, repleto de oficiais que, instigados pelos inúmeros boatos de uma possível revolta, tentavam entender as confusas notícias que chegavam e estimulavam as imaginações.

Pouco depois de uma hora ouviu-se, ao longe, ruídos de disparos de canhão. O Primeiro-Tenente Frederico Buys incontinenti retirou-se, indo para o alojamento da 9ª Companhia, da qual exercia o comando, e formou dois pelotões. Ordenou a um deles que se encarregasse da área frontal do Regimento, e com o outro retornou ao cassino dos oficiais, cercado-o, para impedir fugas. Em seguida entrou, acompanhado pelo Tenentes César Gonçalves, **Artur da Costa e Silva*** e Edgar Buxbaum, Sargentos Galdino, Pessoa e Álvaro

ro Fonseca, o Anspeçada** Severino Francisco de Sousa e mais um grupo de soldados, dando voz de prisão a todos. Seguiu-se um tiroteio, morrendo o Capitão José Barbosa Monteiro, que reagira à ordem. Na confusão reinante, estabeleceu-se luta corporal; o Coronel Sezefredo dos Passos, comandante do Regimento, atracou-se com o Tenente Buyz, e os oficiais com as praças. Em poucos minutos, estava restabelecida a ordem e finda a rebelião.

O episódio das cartas atribuídas a Bernardes e consideradas altamente insultuosas ao Exército resultara que de soldado a general não concordasse com a sua posse

Na noite do dia 4, na Escola Militar do Realengo, o oficial de serviço, Primeiro-Tenente **Juarez Távora***, impacientava-se. A chegada dos oficiais instrutores, prevista para as 10 horas, não aconteceu. Começou a desconfiar da realização do levante, que deveria iniciar-se dali há pouco. Finalmente, antes das 11 horas, chegaram³. Foram eles dos últimos oficiais comprometidos com a rebelião que conseguiram al-

cançar as suas unidades. A maioria tinha sido detida pelos agentes do chefe de Polícia ao embarcar na gare da Central do Brasil, ou quando do desembarque na estação da Vila Militar, sendo nesta pelo Tenente-Coronel Álvaro Guilherme Mariante. Os que tentaram seguir de carro foram impedidos pelas patrulhas, da polícia ou do Exército, espalhadas ao longo das estradas de acesso a Realengo.

Deram-se as primeiras ordens. Os cadetes foram formados, armados e municionados. A adesão foi esmagadora. Dos 638 alunos do seu efetivo, apenas nove recusaram-se a par-

* N.R.: O negrito é da RMB.

** N.R.: Anspeçada – antigo dicionário Aurélio: “Lança despedaçada”; antiga posição hierárquica; militar que detinha esta posição.

ticipar, e dois outros não o fizeram por estarem baixados à enfermaria. O comando foi assumido pelo Coronel João Maria Xavier de Brito, diretor da Fábrica de Cartuchos de Realengo, vizinha da Escola, que acabara de chegar.

Era necessário neutralizar os oficiais, sabidamente legalistas, a começar pelo General Monteiro de Barros, comandante da Escola. Para este fim, foram destacadas patrulhas para impedi-los de sair de casa, já que moravam próximos, daí resultando troca de tiros. O general, juntamente com seus dois filhos, oficiais do Exército, conseguiram livrar-se das patrulhas e foram procurar reforços na Vila Militar.

O deslocamento da Escola Militar iniciou-se cerca da meia-noite, em direção à Vila Militar, com a expectativa de que ela, também, já tivesse aderido ao levante. Neste caso, as duas unidades reunidas marchariam para Deodoro, onde o comando seria assumido pelo Marechal Hermes da Fonseca, e daí em direção ao Catete, para, finalmente, depor o Presidente Epitácio Pessoa.

Pouco depois chegavam as informações de que a tentativa do Tenente Buyz de sublevar o 1º Regimento de Infantaria malograra. As tropas aquarteladas estavam de prontidão rigorosa e sob o comando de oficiais leais ao governo.

Impedidos de avançar diretamente à Vila Militar, o Coronel Xavier de Brito alterou o objetivo para o Morro da Caixa d'Água, posição elevada que permitia melhor observação. Com isso esperaria o clarear do dia, quando faria melhor avaliação dos acontecimentos.⁴

Não muito longe, na orla marítima, o sucedido ainda não era entendido em toda a sua

dimensão. A Marinha, que iria desempenhar papel importante na repressão ao movimento, embora de prontidão, não assumira nenhuma iniciativa contrária.

O oficial de serviço do Contratorpedeiro *Paraná*, que se encontrava no fundeadouro do São Bento, ao terminar o seu serviço de meia-noite às 4 horas, registrava no Livro de Quarto: "...o navio encontra-se em regimen de prontidão rigorosa. Cerca de 1h30, foram ouvidos disparos de canhão do lado da barra. Sem mais novidades."⁵

Do outro lado da baía, na Ilha do Viana, bem próximo a Niterói, encontrava-se atracado o Encouraçado *São Paulo* e, praticamente, à mesma distância do Forte de Copacabana que o Contratorpedeiro *Paraná*. Para o mesmo quarto, o oficial de serviço escreveu: "...Mar tranquilo, tempo encoberto. O navio na mesma amarração. Os mesmos pharões. Iluminação electrica. Holophotes em funcionamento de ½ em ½ hora. Regimen de prontidão rigorosa. Sem mais novidades."⁶

Não havia ouvido os disparos. Nem aqueles dois feitos contra a Ilha de Cotunduba, que fica próxima da entrada da barra. Os protagonistas ainda não sabiam os papéis que iam representar.

Nos demais navios, os registros no livros de quarto foram feitos da mesma maneira: "...Sem mais novidades..."

Enquanto isso, na Vila Militar, as tropas legais preparavam-se para combater a Escola Militar de Realengo. Não ignoravam que iriam lutar contra os cadetes e este motivo tornava bem mais difícil o que iam fazer. No Exército daquele tempo, eram intensas as relações

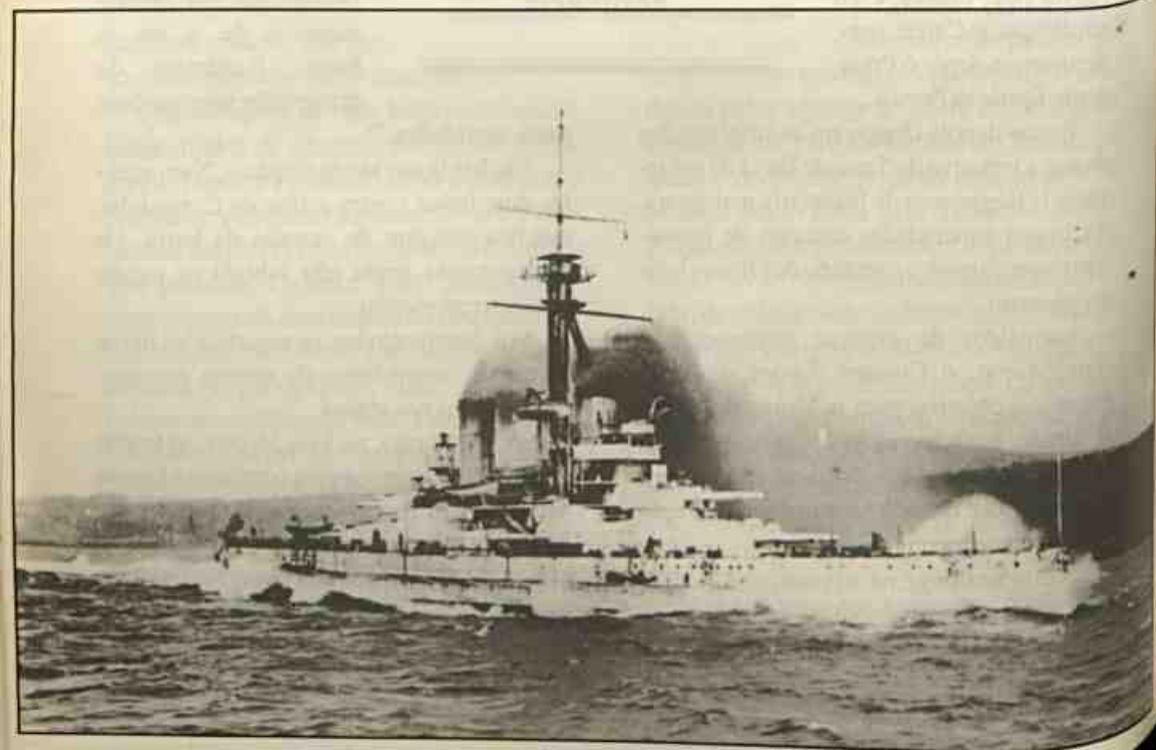
A Marinha, que iria desempenhar papel importante na repressão ao movimento, embora de prontidão, não assumira nenhuma iniciativa contrária



Presidente Epitácio Pessoa
(Foto: Hist. Brasil - Bloch)

AS PEÇAS FUNDAMENTAIS

Encouraçado *São Paulo* (Foto: SDM)



familiares, sendo grande o número daqueles que tinham parentes, filhos, irmãos, primos, entre os adversários. O General Ribeiro da Costa, comandante das forças legalistas da Vila, não esquecia que o seu filho, José Gomes Ribeiro da Costa, era cadete do 2º ano. Igual sorte fora reservada ao General João de Deus Mena Barreto, que tinha seu filho e seu sobrinho no 1º ano e que, acabando de assumir o comando de um destacamento, recebera a missão de barrar o avanço dos revoltosos quando eles chegassem na altura do Méier.

Singularidades exclusivas da guerra civil.

Mal clareou o dia, a artilharia da Escola disparou tiros de *shrapnel* em direção às tropas legalistas, com a intenção de verificar, finalmente, qual a posição que tinham tomado, a favor ou contra o governo. Ainda havia a esperança de que a Vila aderisse à rebelião. A resposta veio rápida. A tropa legalista, em formação de combate, começava a deixar os quartéis, e a luta ia começar. Iniciaram os disparos, de parte a parte, primeiro a infantaria, logo seguidos pelos da artilharia. Resultaram as primeiras baixas. Entre os cadetes contava-se um morto – Irapuã Xavier – e outro ferido. Igualmente houve mortos e feridos do outro lado.⁷

Aquela hora, em torno das 9, a situação definira-se de modo totalmente desfavorável ao Marechal. A Vila Militar não só não tinha aderido, como combatia a Escola. Colocara todo o seu poder de fogo, equivalente a uma divisão, contra um adversário que contava, aproximadamente, 30 oficiais e 600 cadetes, mal armados e sem a instrução militar requerida.

Esperando encontrar a adesão da Vila Militar, o Coronel Xavier de Brito deparava-se com a mais poderosa unidade do Exército sediada na capital da República. Contra ela teria de opor os cadetes.

A imprensa da época solidarizou-se com a decisão por ele tomada:

“...O Coronel Xavier de Brito era responsável por cerca de 600 vidas. Não poderia trucidá-las, comprometê-las inutilmente. Havia cumprido o seu dever de bom soldado e bom patriota, e tão grande quanto esse era o de defender todas aquelas vidas. E o Coronel Xavier de Brito não mais relutou: reuniu seu Estado-Maior e resolveu voltar com a fina flor do Exército e da nacionalidade para o edifício da sua Escola. Era necessário que não sobrevivessem só os outros...”⁸

Chegando à Escola, o Tenente **Juarez Távora** reassumiu as funções de oficial de serviço. Achou que deveria registrar o ocorrido no Livro de Partes, concordando com a versão apresentada pelo cadete auxiliar de dia, Valdemar Monteiro, pois exprimia o pensamento dos seus colegas e era a correta. Assinou-a com a consciência tranqüila.⁹

“...Só depois das 2 horas da tarde foi que começaram a aparecer os primeiros elementos da cavalaria legalista. Essas patrulhas, que eram do 1º de Cavalaria, voltaram e comunicaram ao comandante do seu esquadrão, o Capitão **Euclides de Figueiredo***, o resultado do esclarecimento que acabaram de realizar. Entendendo que o levante terminara, Figueiredo decidiu entrar na Escola. Foram aprisionados o Coronel Xavier de Brito e os demais, oficiais, cadetes e praças...”¹⁰ Às 15 horas, a ocupação foi completada por um Batalhão de Infantaria, comandado pelo Tenente-Coronel Álvaro Mariante. Iniciou-se a remoção dos presos.

Os cadetes foram levados para o pátio interno do 1º Regimento de Infantaria. O correspondente de *O Estado de São Paulo*, que chegou logo depois, descreveu a cena:

“...Os soldados do Regimento, envergando os seus capotes esverdeados e seus equipamentos de combate, formavam duas extensas linhas paralelas, que enquadravam os setecentos e tantos alunos da

* N.R.: Negrito é da RMB.

Escola de Guerra do Realengo, os quaes, desarmados e fatigados, enfileiravam-se para responder a chamada. A maioria delles compõe-se de jovens de dezesseis a dezenove annos, cujas physionomias revelavam cansaço e abatimento...¹¹

O inquérito instaurado para apurar o acontecido no Corpo de Alunos, cujo encarregado foi o General Antônio de Albuquerque Sousa, organizou três listas, que foram apresentadas, para que cada um escolhesse a que lhe correspondia. Referindo-se a elas, Nilo Peçanha, que disputara a eleição contra Artur Bernardes, agora como advogado dos alunos, declarava:

“...diante dessas listas, a cada aluno, por sua vez, se ordenava que assinasse uma delas. O que se poderia pretender desses moços, os generais do futuro, senão que se declarassem conscientes?”¹²

A primeira, a “consciente”, foi assinada por 588 cadetes. A segunda, intitulada “inconsciente”, recebeu 19 adesões. A terceira, daqueles que não aderiram, tinha dez assinaturas. Não se sentindo compreendido em nenhuma dessas três listas, o Cadete Márcio de Azevedo Franco declarou: “...por não estarmos presentes à Escola, naquele momento, mas se lá estivéssemos, faríamos causa comum com os nossos camaradas...”¹³

Os oficiais foram imediatamente transportados para o Corpo de Bombeiros no Rio. Os considerados mais atuantes, no mesmo dia, foram levados para o Batalhão Naval, que era comandado pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Protógenes Pereira Guimarães.

Para a maioria dos cadetes Eptácio concedeu anistia. Aqueles que não foram abrangidos constituíam um número considerável. Dos não anistiados, muitos participaram, depois, junto com os oficiais, nos anos de luta, clandestinidade e exílio, que só terminariam em outubro de 1930, quando, finalmente, foram vitoriosos.

Voltemos um pouco.

Namadrugada do dia 5, o Marechal Hermes da Fonseca partia ao encontro das três unidades que considerava de sua confiança: a Escola Militar, o 2º Regimento de Artilharia de Santa Cruz e o 15º Regimento de Cavalaria. O encontro estava marcado para Cascadura, mas foi alterado para Deodoro, por ser mais próximo da Vila Militar.

Ao alcançar a estação de Engenho de Dentro, o marechal foi impedido de prosseguir por um esquadrão do 1º Regimento de Cavalaria Divisória. Em pouco tempo começaram a chegar notícias desfavoráveis: a rendição da Escola Militar e de que as unidades com que contava não chegariam. A Vila Militar, sua maior esperança, não só não tinha se levantado como o seu comandante, General Ribeiro da Costa, apresentava-se para conduzi-lo preso. Inicialmente para o Ministério da Guerra e, em seguida, para bordo do Encouraçado *Floriano*, onde, ao embarcar, foi recebido com as honras de estilo pelo comandante do navio, Capitão-de-Mar-e-Guerra Álvaro Nunes de Carvalho, com os oficiais e guarnição formados, como devido à sua patente militar.¹⁴

O Forte de Copacabana ficou isolado na luta. Por sua vez, não tinha conhecimento do que se passara com os demais participantes. Na noite do dia 4, a tropa governista, que iniciou o cerco, cortara o abastecimento de luz e água, e as comunicações com o exterior ficaram restritas a uns poucos contatos telefônicos.

Para o governo, fora uma surpresa que o Forte de Copacabana atirasse contra alvos terrestres, dentro da cidade. Seus canhões, com calibres de 75mm, 190mm e 305mm destinavam-se à defesa da costa contra incursões de navios inimigos. Como conseqüência, sua trajetória era tensa, isto é, com pouca elevação, pois deveriam atirar por sobre o mar, não interpondo-se entre eles e os navios alvejados nenhum obstáculo. As tábuas de tiro disponíveis foram elaboradas segundo esses

princípios. Assim, não serviam para atingir alvos urbanos, intercalados por morros, edifícios etc., como existentes na cidade.

Já os canhões de emprego meramente terrestres caracterizam-se por trajetórias de grande elevação (para tiro indireto). Isso para ultrapassar os obstáculos existentes entre eles e o alvo.

Dessa maneira, as tábuas de tiro dos canhões do Forte de Copacabana eram apropriadas para serem utilizadas contra navios, e não contra alvos dentro da cidade. Urgia, pois, refazê-las.

Com esse fim, o Tenente Silvino Elvídio Bezerra Cavalcanti, anteriormente, consultara o seu antigo professor de balística na Escola Militar, Xavier de Oliveira, também conhecido dos alunos como "Formiguinha". Como estudioso da ciência da balística e em consideração ao inusitado interesse do seu ex-aluno, Xavier de Oliveira refez as tábuas de tiro, considerando novos ângulos de elevação e reduções de carga de projeção, adequando-as para emprego contra objetivos terrestres. Ilustrou-as com uma planta da cidade, onde, também, os futuros alvos estavam assinalados.¹⁵

Movido pelo desafio de transformar uma tábua de tiro tenso em tiro elevado (indireto) e atendendo ao pedido do ex-aluno, o mestre ignorava de que se tratava. Lisonjeado, consta que chegou a referir-se em aula aos seus "antigos alunos interessados no estudo de balística".¹⁶

A Ilha das Cobras fora um dos primeiros alvos dos canhões do Forte. Quartel do Batalhão Naval, a força de desembarque da Marinha, constituía alvo prioritário para os revoltosos. O Primeiro-Tenente **Juarez Távora**, agora prisioneiro, descreveu o bombardeio:

"...Logo na manhã do dia 6, fomos sacudidos na prisão pelo arrebentamento de algumas granadas, endereçadas à ilha pelos ca-

nhões de 190 do Forte de Copacabana, que continuava resistindo às intimações do comando governista. Houve, naturalmente, certo alarma entre os oficiais trancados naquele porão. Um deles indagou do Capitão Odilon se não estávamos sujeitos a ser massacrados por alguma daquelas granadas. Lembro-me bem da resposta filosófica, mas pouco tranquilizadora, dada por Odilon ao seu interlocutor: — É possível que sejamos destruídos; mas devemos consolar-nos com o fato de que, pelo fato de ir um navio ao fundo, não se acabará a navegação..."¹⁷

Embora os prisioneiros não tivessem sido atingidos, o mesmo não aconteceu a três fuzileiros navais, defensores da ilha, que faleceram, vitimados pelos disparos do Forte: Hipólito dos Santos, Felismino Pereira de Almeida e Manuel Ferreira de Moura.

No entanto, o alvo mais visado era o Ministério da Guerra. Por identificar aí o inimigo mais importante, ou para fazer uma desafiante pela prisão de seu pai, Marechal Hermes da Fonseca, pelo Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, o fato é que o maior número de disparos foi contra ele. O Capitão Euclides da Fonseca, filho do marechal, não poupou esforços para atingir, como o fez, mais de uma vez, o edifício do Ministério. A mais completa descrição é a feita pelo historiador Hélio Silva:

"...Euclides fez os cálculos cuidadosamente. Pretendia atingir o QG exatamente na ala esquerda, para que o projétil caísse na sala e inutilizasse a mesa onde fora escrita a prisão do marechal. Tudo pronto o soldado devia frenar a arma, enquanto o comandante pressionava o disparo elétrico. O tiro partiu. Alcançou, porém, os fundos da Light. Deve ter sido aquele que vitimou, na casa número 216 da Rua Barão de São Félix, Maria da Graça Monteiro, de 24 anos, seu filho Manoel, de 2 anos, e

* N.R.: Negrito é da RMB.

Alberto Álvaro Gomes, empregado daquela companhia, soterrados sob os escombros.

O telefone chamou. Era o próprio Calógeras, que protestava contra o bombardeio. E dava, sem notar, a indicação precisa do ponto alcançado. Euclides constatou o desvio. O canhão não fora freado, deslizara, dando o engano. Foi feita a retificação. Desta vez, firme em seu freio, disparou a bala que abateu parte da ala esquerda do Palácio da Guerra. Mais dois impactos, seguidamente, levaram ao pânico, caindo no pátio e na extremidade oposta. O pavilhão do Departamento do Pessoal do Ministério da Guerra teve seus mortos: o Primeiro-Sargento Pedro Cirilo dos Santos e os Soldados Francisco de Assis e João Irineu. Ficou ferido o Primeiro-Sargento auxiliar de escrita José Gonçalves Pinheiro Filho.

A precisão, os estragos causados e o número de vítimas alarmaram as autoridades. Abaladas em sua confiança, o QG foi mudado às pressas para o quartel do Corpo de Bombeiros, na outra face do Campo de Santana. Ainda aí não se sentiram em segurança. Transferiram-se para outro quartel de Bombeiros, no Largo do Humaitá.”

A imprensa também publicava que outros prédios tinham sido alvejados:

“...O prédio da Rua São Pedro, nº 340, foi também atingido por uma granada, tendo ruído toda a cobertura da cozinha e o banheiro do mesmo. Sobre um outro da Rua Marechal Floriano arrebentou, igualmente, uma bomba, tendo sido uma criada da casa acometida de forte acesso de loucura, em consequência da formidável explosão produzida.”¹⁸

Consequindo atirar por cima das montanhas, os artilheiros de Copacabana tinham a cidade a sua mercê¹⁹. Formiguinha, o velho mestre da Escola Militar, demonstrara a sua competência, e os seus “antigos alunos”, realmente, estavam interessados no estudo de balística.

Por ordem do ministro civil Engenheiro João Pedro da Veiga Miranda, a Marinha entrara de prontidão desde o dia três. Não contando na sua estrutura ministerial com um serviço de informações que o colocasse a par da conspiração, o ministro valia-se das informações isoladas de alguns oficiais de Marinha e do único recurso organizacional existente: o Chefe de Polícia Geminiano de Franca. Assim conta o ministro:

“...Dirigia-me para a casa do Deputado Alberto Sarmiento. Além do particular apreço que votei sempre a esse representante da Nação pelas suas qualidades de ponderação e lealdade, um motivo me fazia frequentar assiduamente a sua residência. Era onde me encontrava com o Dr. Geminiano da Franca (cunhado do Dr. Sarmiento), sempre que precisávamos, sem dar muito na vista, trocar impressões sobre cousas da ordem pública. O chefe de polícia muito me auxiliava, então, em assumptos relativos aos inqueritos abertos na Marinha sobre os varios casos. Por outro lado os officiaes bernardistas eram os mais alarmantes. Viviam apontando os companheiros ‘perigosos’, trazendo frequentes avisos de tentativas contra a ordem nesta ou naquella unidade da frota. Constantemente chegavam-me denuncias de que a bordo deste ou daquelle couraçado, deste ou daquelle cruzador, se conspirava. Entre os meus principaes informantes, um dos mais abalisados terroristas era o Almirante Alexandrino, cuja casa frequentavam muitos inferiores e praças, seus velhos affeiçãoados. O Almirante Alexandrino tinha toda semana uma novidade para mandar-me dizer: – Tomasse cuidado com o cabo tal; mandasse vigiar o Club dos Chins; estivesse alerta com o artilheiro do canhão, assim, de tal navio...”²⁰

Os navios mais importantes, os encouraçados, estavam em reparos. O *Minas Gerais*, docado no dique Afonso Pena, fazia o tratamento do casco. Essa rotina foi alterada

por ordens urgentes de preparar os navios para combate. Os reparos foram interrompidos e começaram as fainas de sair do dique, carvão, munição, água, sobressalentes e mantimentos.

O *Minas Gerais* recebeu duas ordens sobre o mesmo assunto, uma do chefe do Estado-Maior da Armada e a outra do inspector do Arsenal de Marinha. A primeira dizia "estar prompto para sahir ainda hoje". A segunda, lacônica, "sahir do dique agora". Valeu a segunda. Às 15 horas, começou-se a alagar o dique, sob a supervisão do patrão-mór, e, ao mesmo tempo, a barca d'água atestava o navio. O comandante da 1ª Divisão embarcou. Alagado o dique, puxado pelo Rebocador *Laurindo Pitta*, o *Minas Gerais* seguiu em direção ao poço dos encouraçados, fundeando com o ferro de boreste às 18:55. Na mesma oportunidade, chegou o batelão e começou a faina de munição.²¹

O *São Paulo*, atracado ao cais da Ilha do Viana, aos cuidados da Casa Lage, cumpria um extenso programa de reparos. O prazo para prontificação teve de ser encurtado. Para cumprir a ordem de bombardear o Forte de Copacabana, o encouraçado tinha que estar nas suas melhores condições. Mesmo assim, trocou os tubos da rede dos porões da máquina motora de boreste, concluiu o engachetamento da haste de alta-pressão da máquina de bombordo, e fecharam-se os condensadores principal e auxiliar da máquina motora de boreste. Prepararam-se duas máquinas frigoríficas, cinco máquinas dínamo-elétricas e duas máquinas hidráulicas. Montaram-se as bombas das máquinas de circulação do condensador de boreste e a do vaporizador de bombordo. Às 11 horas começaram a ser acesas as caldeiras. Ao término, todas as 18 tinham atingido a pressão de funcionamento. A faina de recebimento de carvão findou às 19 horas.

Às 21 horas, o navio estava pronto, sendo feito a experiência das máquinas com resultado satisfatório.²²

Ao mesmo tempo que se efetuavam os reparos, o evoluir da rebelião era acompanhado com interesse. Nesse sentido, às 13h18, o navio recebera a seguinte circular: "de ordem do Sr. Ministro da Marinha, communico que a Escola Militar e as forças que tinham se revoltado foram batidas e renderam-se pt Saudações".²³

Restava como único adversário o Forte de Copacabana, que passara parte da tarde do dia 5 em duelo de artilharia contra as fortalezas legalistas. A de Santa Cruz era a mais temível, devido a sua localização. Da entrada da barra avistava diretamente o Forte de Copacabana, na marcação de 220º verdadeiros e a 7.200 metros de distância. Os disparos não ofereciam dificuldades de ordem técnica e podiam ser feitos com pouco risco para os moradores de Copacabana, Ipanema e Leblon.

Terminados os reparos e aprovado na experiência das máquinas, às 23 horas, o Encouraçado *São Paulo* começou a faina de suspender, sob a direção do comandante. Para a manobra foram necessários três rebocadores: *Laurindo Pitta*, *Emperor* e *Nonato*, como que antevendo as dificuldades que seriam encontradas. Quarenta e cinco minutos depois da meia-noite, o navio foi obrigado a fundear por ter tido seu hélice enroscado no cabo de uma bóia, levando quase duas horas para se safar.

Imediatamente começou o planejamento do ataque ao Forte de Copacabana. Para esse fim, a vedeta do *São Paulo* levou para bordo do *Minas Gerais* o comandante da 2ª Divisão Naval, Capitão-de-Mar-e-Guerra Antônio Carlos de Souza e Silva, o Capitão-de-Mar-e-Guerra José Antônio da Silva Ribeiro, comandante do navio, o encarregado geral da Artilharia, Capitão-de-Corveta Guilherme Ricken, o encarregado de Navegação, Capitão-de-Corveta Oscar de Frões Coutinho, e o encarregado da Divisão A.

O comandante do *São Paulo* mal completara um mês a bordo. Assumira no dia 3 de junho, em substituição ao Capitão-de-Mar-e-

Guerra Henrique Aristides Guilhen, afastado por não ser mais da confiança do presidente Epitácio Pessoa.²⁴ Logo iria ter o seu batismo de fogo.

A reunião no *Minas Gerais* tinha por fim planejar o ataque ao Forte. Nela foi definida a raia de tiro, isto é, qual o rumo e a velocidade a navegar, a distância de abrir fogo, o tipo de munição, a observação de tiro, comunicações entre os navios, ligação com o Exército, como causar o menor dano possível à população, etc.

Tendo resolvido mandar atacar o Forte de Copacabana, o governo ordenou que fosse encerrado às 13 horas o expediente do dia **5 de julho** em todas as suas repartições, o mesmo sucedendo com as repartições municipais. Os bancos, a bolsa e o mercado de café não funcionaram pelo mesmo motivo.²⁵

A artilharia de bordo estava em boas condições. Fazia poucos meses que o Presidente Epitácio Pessoa assistira o *São Paulo* e o *Minas Gerais* realizarem exercício de tiro real contra alvo rebocado, o *Alagoas*, antigo navio do Lloyd. O mesmo que cerca de 30 anos antes, quando da proclamação da República, levava o imperador deposto Pedro II e a família real para o exílio na Europa. Dois anos antes, o *São Paulo* regressara dos Estados Unidos, onde sofrera extenso reparos, modernizando a sua direção de tiro nos estaleiros da Marinha americana.

Os encouraçados eram poderosas máquinas de destruição. Sua bateria principal, constituída de seis torres duplas, num total de 12 canhões de 305mm, disparavam granadas, pesando 385kg cada, a uma distância máxima de 21.800 metros. As perfurantes podiam penetrar uma couraça de aço de 305mm de espessura ou as chamadas de alto-explosivo carregar maior quantidade de explosivo.

A questão importante para o planejamento do bombardeio naval contra o Forte de Copacabana residia no poder de fogo do mesmo. Sua arma principal era a torre dupla de

canhões de 305mm do mesmo calibre que os canhões dos encouraçados. No entanto, seu alcance de 23.300m era superior em 1.500 metros. Por sua vez, o *São Paulo* e o *Minas Gerais* tinham considerável superioridade em número de canhões de 305mm. Dez a mais que o Forte, cada um. A bordada, isto é, o número de canhões que poderiam atirar ao mesmo tempo, era de 10. Isto porque a torre de bombardeio não atiraria, por ficar encoberta pela própria superestrutura do navio.

A ordem de batalha estabelecida ordenava que o bombardeio deveria iniciar-se às 8 horas, com o navio navegando no alinhamento Lage-Ilha Rasa, a uma velocidade de 9 nós, sendo os disparos efetuados no setor de fogo compreendidos pelas marcações verdadeiras do Forte, entre 227° a 250°, a uma distância média de 6.000m. Cada torre utilizaria um canhão, limitando a bordada a cinco tiros. A primeira salva repetia o alinhamento entre a Fortaleza Santa Cruz e o Forte de Copacabana. Na véspera, a fortaleza fizera inúmeros disparos, com relativa segurança para os moradores de Copacabana, Ipanema e Leblon. O *São Paulo* iria aproveitar essa experiência.

A opção pela granada comum, e não a perfurante, causou-me certas dúvidas devido a que a munição perfurante do Encouraçado *São Paulo* permitia varar uma couraça de aço de até 305mm, as muralhas de concreto que protegiam o Forte variavam de 6 a 12 metros de largura e penso que a opção pela granada comum, espoletada, com carga de arrebentamento, se deveu ao fato dela causar grandes danos contra o pessoal.

A distância de 6.000m e a baixa velocidade em que o combate iria ser travado constituíam alto risco para os navios, pois eles ficariam dentro do alcance dos canhões de 305mm do adversário. Com um comprimento total de 165m, boca de 25,31m, borda livre de 6m, plataforma de direção de tiro 26m acima do nível do mar, deslocando 19,250 toneladas, o

São Paulo e o *Minas Gerais* eram alvos fáceis para os canhões do Forte. Daí a surpresa de que foi tomado o Capitão **Euclides de Figueiredo**, comandante do Forte, e que será relatada mais adiante.

Terminada a reunião, os oficiais do *São Paulo* retornaram para bordo. O comandante mandou preparar o navio para combate, suspendendo às 5 horas do dia 6 em demanda do poço dos encouraçados, onde recebeu o chefe do Estado-Maior da Armada, Vice-Almirante Frontin. Dada as últimas ordens, o Almirante Frontin desembarcou para o Contratorpedeiro *Paraná*, de onde acompanhou o bombardeio naval.

Dentro da Baía de Guanabara, o tempo estava bom, o céu limpo e o mar tranquilo, quando o encouraçado começou a demandar a barra, nas águas do Contratorpedeiro *Paraná*. Na altura de Santa Cruz, pairou sob máquina para embarcar um oficial da fortaleza que ia servir de ligação entre o *São Paulo* e o Forte do Vigia.²⁶

Às 7 horas, o *Minas Gerais* suspendeu, e ao passar pelo fundeadouro do poço, atracou uma lancha que transmitiu as ordens do ministro para seguir o *São Paulo* e participar do ataque, com recomendação de que “houvesse cuidados com os edifícios particulares quando fossem feitos os disparos...”²⁷

Nessa mesma hora, o Tenente Siqueira Campos recebeu um chamado para ir ao forte couraçado. Desceu do alto da colina, onde passara a noite guarnecendo o holofote de batalha, juntamente com o Tenente **Eduardo Gomes** e algumas praças. Ao chegar, encontrou uma situação de quase pânico. O ministro da Guerra telefonara às 4 horas da manhã, comunicara que o forte estava isolado no movimento e dava garantia de vida aos que quisessem se render. Ameaçava que um ataque conjunto de forças de terra e mar estava por começar. Siqueira Campos dirigiu-se aos

presentes, em número de mais ou menos 280, dizendo:²⁸ “...o governo vai iniciar as hostilidades contra o forte com os elementos mais terríveis; a hora soou. Quem quiser partir, o governo garante a vida; quem quiser ficar, fique, mas posso prevenir que nada de bom nos espera.”²⁹

Foi aberta a porta, saindo 250 soldados e 13 oficiais. Ficaram os Tenentes Nilton Prado, Siqueira Campos, **Eduardo Gomes** e Tamarindo Carpenter e o Capitão Euclides Hermes da Fonseca, com mais 24 soldados.

Às 7h35 do dia 6, o *São Paulo* transpôs a barra. Nesse instante, o Forte fez dois disparos. O Capitão-de-Corveta Guilherme Riecken, encarregado geral da Artilharia, observou: “...não se podendo, contudo, precisar para onde eram dirigidos os tiros...”³⁰

Eram disparos efetuados pelos canhões de 190mm, dirigidos pelo Tenente Siqueira Campos, auxiliado pelos Tenentes Tamarindo Carpenter e Nilton Prado. Os alvos eram o Quartel General no Ministério da Guerra, a Ilha das Cobras, a Segunda Bateria e o Palácio do Catete. Ao todo, foram mais de dez, que se prolongaram até às 8h28.

Suspendendo em postos de combate na expectativa de atacar e ser atacado, a guarnição estava sob grande tensão. Vinte minutos após ouvir os disparos do Forte, o *São Paulo* fez um tiro acidental na direção do Forte do Imbuí. Felizmente caiu n'água. Por nervosismo, ou descuido, o apontador da torre 2 calcou a chave de fogo, disparando o canhão.³¹

Às 8 horas, o Forte do Vigia fez o sinal convencional, imediatamente reconhecido pelo *São Paulo*, que abriu fogo, disparando a primeira salva, sendo os “...tiros curtos, embora com boa direcção...” O tempo estava firme, o mar calmo e reinava um nevoeiro baixo, que dificultou a visibilidade do alvo e a observação dos tiros. A segunda salva foi dada 12 minutos após. As chaminés do navio

* N.R.: Negrilo é da RMB.

fazendo fumaça não permitiram visualizar o resultado. Mais três minutos e foi efetuada a terceira salva, com a observação, novamente, prejudicada por causa da fumaça das chaminés, e mais pelo Forte se encontrar “incinzeirado” pela fumaça dos seus disparos de 190mm. Às 8h22, nova salva. Nada pode ser observado em relação aos acertos, permitindo, apenas, constatar que a direção era boa. A quarta e última salva foi disparada às 8h30 e, desta vez, atingiu claramente o alvo, por causa da fumaça levantada no Forte pela explosão das granadas comuns. Esta salva atingiu a muralha, sendo seus resultados visíveis até hoje.

Ao todo foram disparadas quatro salvas, com cinco canhões cada uma, num total de 20 granadas.³²

Às 9h07, o Forte de Copacabana içou a bandeira branca, imediatamente identificada pelo Forte do Vigia, que confirmou a rendição, içando às 9h15 o sinal de cessar fogo para o *São Paulo* que, prontamente, obedeceu. O encouraçado ficou navegando entre a Fortaleza de Santa Cruz e a Ilha Rasa até às 14 horas, quando recebeu ordem do chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Frontin, para regressar ao fundeadouro.³³

Os outros navios que saíram à barra, o *Minas Gerais* e o Contratorpedeiro *Paraná*, não fizeram disparos. O *Minas Gerais* recebeu ordem de regressar pouco depois e às 9h45 já estava fundeado no poço. Atribui-se este retorno prematuro ao alto risco de operar, a baixa velocidade e a pequena distância do Forte de Copacabana, ficando dentro do alcance das granadas perfurantes dos canhões de 305mm do inimigo. Por sua vez, o Contratorpedeiro *Paraná*, com o chefe do Estado-Maior embarcado, acompanhou o bombardeio como observador de tiro e para

outras providências que se fizessem necessárias. Após o cessar fogo, regressou para o interior da baía, amarrando na bóia do fundeadouro de São Bento.

Logo que o *São Paulo* e os demais navios saíram à barra, foram imediatamente avistados pelo Forte. O seu comandante, Capitão Euclides Hermes da Fonseca, estava a postos nos canhões de 305mm, e assim relatou o que viu:

“...Iniciara o meu trabalho dispondo uma alça para os lados da Villa Militar, tendo voltado para naquella rumo a cupula, quando o Tenente Siqueira Campos me scientificou da presença da esquadra que transpunha a

barra. Eram os Encouraçados *São Paulo*, *Minas Gerais* e um *destroyer* com a flammula de contra-almirante, que rumavam para o sul, prestos a combate. O *São Paulo*, deixando dois terços de frente, postou-se proximo a ilha de Cotunduba, tendo a seu bombordo o *Minas Gerais*. O *destroyer* no fito de observar a acção, rumou à ilha Rasa. Da cupula eu tranquilamente observava as manobras e previa o combate,

intimamente convencido que não estávamos em inferioridade de condições.

O aparecimento das unidades navaes e a sua collocação exigiam immediato desvio à minha postura technica. Cuidei, portanto, de agir. Estando os canhões com o maximo de elevação (20°), visando a distância de 23.300 metros, tive de baixa-los a 0°. A cupula, voltada para a Villa, deixava a esquadra a cerca de 170° em direcção. A manobra das peças ia revelar-me factos extraordinarios. A pressão hydraulica assignalava defeitos, e a cupula, quando já no rumo do do forte do Vigia não attendia ao prato de direcção, devido a pressão diminuta. O motor Diesel falhava.

Às 9h07, o Forte de Copacabana içou a bandeira branca, imediatamente identificada pelo Forte do Vigia, que confirmou a rendição

Avisou-me, nessa altura, o electricista praticante Arthur Pereira da Silva, de que o motor, sem lubrificante, começava a aquecer o bronze. Os copos tinham sido arrancados e todo o oleo vazara.

— Quem fez isto?

— Não sei, Sr. commandante.

Alguem, na confusão da retirada, inutilizara o motor, deixando-nos sem pressão hidráulica para a cúpula dos canhões de 305mm, desprovidos de luz e de ventilação para os paíões. Desse modo, reduzidos a dois canhões de 190mm e um de 75mm, recebemos inertes, como simples espectadores, as violentas bordadas das peças de 305mm do Couraçado *São Paulo* — cujos movimentos acompanhara como um bello espectáculo militar.

Procedendo as observações cabiveis no caso, constatei que o *São Paulo* não estava alem das alças de 6.500 a 7.000 metros. Ora, todo aquelle que conhece o material de artilharia do forte sabe:

— que os canhões de 305mm atiram um projectil igual a 445kg. Com a velocidade inicial de 817 metros, carga de projecção de 140kg que imprime a esse projectil uma energia capaz de, a 4.550 metros, atravessar uma chapa de aço-nickel Krupp, de 525mm de espessura em impacto normal;

— que, a 10.400 metros, o projectil penetra chapa da mesma natureza, em cerca de 388mm.

O Encouraçado *São Paulo*, que, na sua parte de mais espessura (305mm), seria perfurado, em impacto, a distancia de 14.000 metros, foi posto a apenas a 7.000 metros dos alludidos

canhões! Até hoje não comprehendo como aquelle precioso elemento da nossa força naval foi tão singelamente exposto a semelhante situação, pois teria sido afundado, sem duvida, se não fosse aquelle passe ocasional, que inutilizou o motor da minha cupula. Do meu recesso, agora, pensando no destino do paiz, não posso deixar de repetir, agradado, aquelle dito: há males que vêm para bem...

O Couraçado *São Paulo* fez contra o forte dezesseis disparos; quatorze foram longos e, portanto, perderam-se. Apenas dois attingiram o frontal esquerdo da 'frente da obra, lado do mar'. Immediatamente apos o regresso das unidades às suas bases, verifiquei, em companhia do Siqueira Campos e Eduardo Gomes, os effeitos do ataque. Constatamos uma fenda de 4m/m, aproximadamente, com frag-

mentação do concreto. A abertura, cujo revestimento estava como picado a ponteiro, attestava a violencia de hostilidade da fortaleza de Santa Cruz, que produziu contra nós* o mais nutrido canhoneio da jornada. Aliás o embate de 5 e 6 de julho foi uma brilhantissima prova technica da resistencia do Forte de Copacabana, que se revelou uma obra extraordinariamente solida, capaz de suster, nas suas paredes, de 6 a 12 metros de espessura, verdadeiras rochas, o fogo mais vivo e poderoso de artilharia.²³⁴

A ordem do ministro da Marinha de que os navios suspendessem a luz do dia, com tempo bom, céu limpo para um combate a curta distancia e baixa velocidade, submeteu os

Alguém, na confusão da retirada, inutilizara o motor, deixando-nos sem pressão hidráulica para a cúpula dos canhões de 305mm, desprovidos de luz e de ventilação para os paíões

Capitão Euclides Hermes da Fonseca
Comandante do Forte de Copacabana

* N.A.: No dia 5 de junho de 1922.

encouraçados ao alcance eficaz dos canhões do Forte, e às possíveis desastrosas consequências. Uma tentativa de explicação seria o prévio conhecimento da sabotagem que fora causada nos canhões de 305mm, impedindo-os de atirar. No entanto, não é confirmada por depoimento de participante, ou registrada em documento do Ministério da Guerra ou da Marinha.

Esta ordem de alto risco, não encontrava correspondência com as afirmações prestadas pela mesma autoridade dois meses antes, no dia 1º de maio. Nesta ocasião, em reunião presidida por Epitácio Pessoa para avaliar as graves dificuldades enfrentadas pelo candidato Artur Bernardes, como uma possível revolta dos encouraçados, o ministro da Marinha Veiga Miranda, dialogando com o representante de Bernardes, o ex-ministro da Marinha Raul Soares afirmava:

“...Mesmo que contássemos com torpedeiros e submersíveis para se contraporem aos encouraçados, seria cruel privar o Brasil do seu único valor naval por causa da candidatura à presidência. A medida que eu falava, o senador Raul Soares ia se tornando mais lívido. Neste ponto protestou, exaltado:

– Em defesa da verdade eleitoral, da verdade expressa nas urnas, todo o sacrifício é pouco. Afundem-se esses navios, se eles só prestam para fazer imposições de tal ordem!... Pois será possível que não fique ao lado do governo um único submarino, ao menos um contratorpedeiro? Si os navios grandes se revoltarem, pol-o-emos a pique com torpedos...

Nesse ponto, volvi à questão do sacrifício da esquadra, replicando:

– Seria uma lastima que num paiz com tantos homens capazes de ser presidente da Republica e apenas com dois navios de guerra efficientes escolhessemos exactamente um candidato que iria custar o sacrificio de um delles!

O Sr. Raul Soares: – Para esmagar o militarismo todo o sacrificio é pouco.”³⁵

Naquela ocasião o ministro da Marinha, Veiga Miranda, era contrário a que os encouraçados fossem colocados em risco. Dois meses depois dera ordem nesse sentido.

Enquanto isso, o ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, telefonara pedindo que os revoltosos cessassem o fogo porque o Forte estava só, e assim eles deviam desistir daquele sacrificio inútil. Ficou combinado o cessar fogo sob condição que seria assentada mais tarde, quando chegasse o enviado ministerial.

A proposta de rendição que o representante

do ministro da Guerra, Major Egídio de Castro e Silva, trouxera malogrou. No instante em que os entendimentos começaram, um hidroavião da Marinha lançou duas bombas, próximas aos parlamentares. Indignados com o que consideraram uma traição, fortaleceu-se a idéia de não se entregarem. Em seu depoimento, Siqueira Campos relata o que se passou:

“...Nessa altura, os oficiais se reuniram e decidiram continuar no primitivo propósito, mas lembrando-se que, dos oficiais presentes, era o comandante o único que tinha

Até hoje não compreendo como aquele precioso elemento da nossa força naval foi tão singelamente exposto a semelhante situação, pois teria sido afundado, sem duvida, se não fosse aquele passe ocasional, que inutilizou o motor da minha cúpula

Capitão Euclides Hermes da Fonseca
Comandante do Forte de Copacabana

família, resolveram induzi-lo a ir parlamentar com o governo, levando condições que sabiam de antemão que seriam inaceitáveis. Esse ato dos oficiais restantes para com o Capitão Euclides Hermes da Fonseca era ditado por um sentimento de gratidão para com o chefe que sempre lhes dera as maiores provas de amizade, e que naquela hora demonstrava rara coragem.

O comandante partiu, tendo antes entregado o comando do Forte ao depoente. Aguardaram comunicação direta do Comandante até cerca de 1 hora da tarde. Nessa hora, o depoente atendeu ao telefone e ouviu esta frase (mais ou menos):

— Quem fala aqui é o Coronel Malan; o Capitão Hermes está preso; vou passar-lhe o telefone para falar com o Senhor.

De fato, a seguir, falou-lhe o Capitão Hermes, prevenindo-o da sua prisão e de não haverem sido aceitas as condições por ele propostas. Acrescentou que o governo determinava que a rendição se fizesse dentro de quinze minutos e deste modo: cada um sairia do forte, isoladamente e desarmado, indo entregar-se às tropas mais próximas. Terminou pedindo que poupassem Copacabana e a cidade.

O depoente nada respondeu. O ardil de enviar o Capitão Euclides como parlamentar surtira efeito. Reunidos os companheiros, oficiais e soldados, resolveram abandonar para que um bombardeio (do Forte, e contra ele) não fosse provocar mais vítimas estranhas à questão. Os presentes, em número de 28, antes de sair gravaram com um prego os seus nomes no muro do Forte.

Decididos como estavam de ir até ao fim com a causa que haviam abraçado, com a qual haviam empenhado a sua honra e dignidade, foram todos unânimes em que se abandonasse o Forte e fossem, armados de fuzil e revólver, entregar a vida à primeira tropa que encontrassem. Saíram, pois, todos armados e juntos, a fim de mostrar que repeliam as condições do governo. A bandeira do Forte foi fragmentada em vinte

e oito pedaços; cada um recebeu o seu, o depoente guardou o seu e o que era destinado ao Capitão Euclides.

Marcharam pela Praia de Copacabana mais de um quilômetro sem encontrar tropa. Em caminho explicavam aos moradores os motivos porque haviam abandonado o Forte. Foram assim até a altura do Hotel Inglês, onde beberam água.³⁶

O comandante das Forças de Ataque, Coronel João Nepomuceno da Costa, tinha sob as suas ordens um Esquadrão de Cavalaria, um Batalhão e

duas Companhias do 3º Regimento de Infantaria, um Batalhão de Caçadores, uma Bateria da Marinha e uma Bateria de Montanha, fazendo mais de 600 homens. Ao avistar os revoltosos que haviam saído e avançavam pela calçada da praia, pensou, no primeiro momento, que essa sortida não fosse para atacar as suas forças, tal era a superioridade que desfrutava. Supunha que eles queriam se entregar.³⁷

Siqueira Campos prosseguiu no seu depoimento:

“...Continuando o seu trajeto já haviam encontrado oficiais e praças do 3º Regimen-

Decididos como estavam de ir até ao fim com a causa que haviam abraçado, com a qual haviam empenhado a sua honra e dignidade, foram todos unânimes em que se abandonasse o Forte e fossem, armados de fuzil e revólver, entregar a vida à primeira tropa que encontrassem

to, que lhes gritavam de longe que se rendessem, ao que eles respondiam que fizessem fogo contra eles. Continuaram pela praia até a rua que passa em frente à Igreja sita na Praça Serzedelo Correia; aí receberam os tiros e começou o tiroteio.

A princípio ficaram em pé na calçada da Avenida Atlântica e depois passaram à praia. Pouco tempo antes um civil se havia aproximado do grupo e, mostrando-se indignado com a situação, pediu uma arma; como o Tenente Nilton tinha um fuzil e um revólver, passou-lhe o fuzil; o depoente entregou-lhe também o fragmento da bandeira destinado ao Capitão Euclides. O tiroteio continuou forte por parte dos atacantes e pouco intenso do lado dos que acompanhavam o depoente, que recomendava poupar a munição a fim de não caírem prisioneiros por falta dela. Começaram a cair os feridos; o primeiro foi o Tenente **Eduardo Gomes**; seguiu-se-lhe o civil, que tombou sem pronunciar palavra nem fazer nenhum gesto; depois o Tenente Nilton, que se queixou da perna quebrada; depois o depoente com uma bala na região abdominal, e que apesar de ferido, escutava que o tiroteio continuava, agora reforçado por metralhadoras. No meio da ação, notou que alguns de seus companheiros queriam cessar fogo; disse então ao Tenente Carpenter que dirigisse esses tais desarmados no rumo da Igreja e que ele, Carpenter, com os mais que ficassem, não atirassem nessa direção. Sabe que alguns saíram; não pôde verificar porque estava ferido e deitado na areia. Momentos depois o tiroteio cresceu de intensidade, enquanto do lado do depoente só um ou outro respondia. Afinal, o depoente ouviu gritos e escutou estas palavras: 'levantem, levantem'; viu o Tenente Nilton, mesmo deitado, usar do seu revólver, gesto que ele não pôde imitar por

falta de forças. As tropas do governo aproximaram-se e transportaram a braços o depoente."¹⁸

O combate durara das 13h45 até às 15 horas. No local faleceram quatro praças – os Soldados Manoel Antônio dos Reis e Hildebrando da Silva Nunes e mais dois que permanecem desconhecidos até hoje – e o civil Otávio Correia. Ficaram feridos Siqueira Campos, Eduardo Gomes, Nilton Prado e Tamarindo Carpenter, duas praças e o Sargento eletricista José Pinto de Oliveira. No Hospital Central do Exército, acabaram falecendo os Tenentes Nilton Prado e Tamarindo Carpenter e o Sargento eletricista José Pinto de Oliveira.

Dos 28 remanescentes, até hoje não se sabe, exatamente, quantos combateram até o fim. Logo no início, alguns abandonaram a marcha, e outros o fizeram já no decorrer da luta. A reportagem da *Gazeta de Notícias* de 7 de julho de 1922 registrou como sendo 18. Mais tarde, Coelho Neto fez o poema intitulado "Os Dezoito do Forte", que, publicado pelo *Correio da Manhã* de 2 de setembro de 1923, colaborou para consagrar este número. A partir daí, a história, ao se referir aos acontecimentos, fala sempre nos "18 do Forte".

Ignorando o que se passava na Praia de Copacabana, o Encouraçado *São Paulo* regressava ao interior da baía, fundeando no poço, com o ferro de boreste. Sem que os dois protagonistas soubessem, os mesmos acontecimentos ainda iriam se repetir mais tarde, na manhã de 4 de novembro de 1924, desta vez com os papéis trocados.

O dia 5 de julho de 1922 marcou o início do "Tenentismo" e do fim da República Velha, que ainda sobreviveria com mais oito anos de agonia, resistindo teimosamente às mudanças que, não feitas

CLAW

pelas elites detentoras do poder, seriam trazidas pelos inúmeros movimentos militares que se seguiram e, finalmente,

pela união dos mesmos com a oposição política. Culminaria com a vitória da revolução de 3 de outubro.

 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<GUERRAS> / Revolução de 1922 /; Tenentismo;

BIBLIOGRAFIA

1. RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. *Eptácio Pessoa*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1951, v.2, p.574.
2. RAJA GABAGLIA, Laurita Pessoa. Op. cit., p. 574.
3. TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas - Da Planície à Borda do Planalto*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1963, v.1, p.117.
4. TÁVORA, Juarez. Op. cit., p.117.
5. BRASIL. Ministério da Marinha. Livro de Quarto do Contratorpedeiro *Paraná*. Serviço de Documentação da Marinha. Microfilme 858. q. 1670. s.d.
6. BRASIL. Ministério da Marinha. Livro de Quarto do Encouraçado *São Paulo*. Serviço de Documentação da Marinha. Microfilme 1042. q. 2037. s.d.
7. TÁVORA, Juarez. Op. cit., p.118.
8. SILVA, Hélio. *1922 - Sangue na areia de Copacabana*. Livraria Civilização Brasileira, 1964, v.1, p.200.
9. TÁVORA, Juarez. Op.cit., p.118.
10. SILVA, Hélio. Op.cit., p.201.
11. "Movimento sedicioso". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 7 de julho de 1922. p.3.
12. SILVA, Hélio. Op. cit., p.205.
13. SILVA, Hélio. Op. cit., p. 207.
14. FONSECA FILHO, Hermes. *Marechal Hermes - Dados para uma biografia*. Rio de Janeiro, s.e., 1961, p.273.
15. SILVA, Hélio. Op.cit., p.126.
16. *Ibid.*
17. TÁVORA, Juarez. Op.cit., p.121.
18. "Movimento Sedicioso". *O Estado de São Paulo*. Op.cit.
19. SILVA, Hélio. Op.cit., p.127.
20. VEIGA MIRANDA, João Pedro. *Um depoimento para a História*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Arquivo Eptácio Pessoa, pasta 55, 1926. p.12.
21. BRASIL. Ministério da Marinha. Livro de Quarto do Encouraçado *Minas Gerais*. Serviço de Documentação da Marinha. Rio de Janeiro. Microfilme 1.042. q.1669-1671.
22. BRASIL. Livro de Quarto do Encouraçado *São Paulo*. Op.cit. q. 2037-2039.
23. BRASIL. Ministério da Marinha. Livro de Quarto do Encouraçado *São Paulo*. Op.cit. p.2039.
24. VEIGA MIRANDA, João Pedro. Op.cit., p.11.
25. "Movimento Sedicioso". *O Estado de São Paulo*. Op.cit.
26. BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do comandante do Encouraçado *São Paulo*, Capitão-de-Mar-e-Guerra João Antônio da Silva Ribeiro, ao comandante da 2ª Divisão Naval, de 18 de julho de 1922.
27. BRASIL. Ministério da Marinha. Livro de Quarto do Encouraçado *Minas Gerais*. Op. cit. q.1673-1674.
28. PROCESSO CRIMINAL. Depoimento de Siqueira Campos. V.8, p.1.920.
29. *Ibid.*

30. BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do encarregado geral da Artilharia do Encouraçado *São Paulo*. Capitão-de-Corveta Guilherme Riecken, ao comandante. Rio de Janeiro, 11 de julho de 1922.
31. Idem.
32. Idem.
33. BRASIL. Ministério da Marinha. Relatório do Comandante do Encouraçado *São Paulo*. Op.cit.
34. "O Levante do Forte de Copacabana". *A Noite*. Rio de Janeiro. 1^a de fevereiro de 1927, p.1.
35. VEIGA MIRANDA, João Pedro. Op. cit, p.30-31.
36. PROCESSO CRIMINAL. Depoimento de Siqueira Campos. V.8, p.1.920.
37. BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório do Comandante das Forças de Ataque ao Forte de Copacabana. Coronel João Nepomuceno da Costa, ao comandante da 1^a Região Militar, General Carneiro Fontoura. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1922.
38. PROCESSO CRIMINAL. Depoimento de Siqueira Campos. V.8, p.1.920.

O homem mais poderoso é o que se
faz dono de si mesmo.

Sêneca